

TIC Trens S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2026

Ref.: Relatório nº 268JL-004-PB



Índice

	Página
Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	11
Demonstrações financeiras	14
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026	21

1. Apresentação

A Administração da TIC Trens S.A. apresenta o Relatório da Administração referente ao semestre encerrado em 30 de junho de 2026, elaborado em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Este relatório tem como objetivo proporcionar aos acionistas, financiadores, Poder Concedente, órgãos reguladores e demais partes interessadas uma visão abrangente sobre a evolução operacional, financeira, estratégica e institucional da Companhia durante o período, evidenciando os principais resultados alcançados, os desafios enfrentados e as perspectivas para o desenvolvimento do Projeto TIC Eixo Norte.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como a legislação societária e demais normas aplicáveis.

O primeiro semestre de 2026 representa um marco importante na trajetória da Companhia. Após o início da operação comercial da Linha 7 – Rubi, a TIC Trens passou a conduzir simultaneamente a operação ferroviária, a implantação das obras de expansão e a estruturação financeira de um dos mais relevantes projetos de mobilidade urbana e regional do Estado de São Paulo.

Os resultados apresentados refletem a evolução consistente da Companhia, sustentada por elevados padrões de governança corporativa, disciplina financeira, gestão de riscos e excelência operacional, reafirmando o compromisso da Administração com a geração de valor sustentável para passageiros, colaboradores, acionistas, financiadores, Poder Concedente e sociedade.

2. Mensagem da Administração

O primeiro semestre de 2026 consolidou uma nova etapa na evolução da TIC Trens. Com a operação comercial da Linha 7 – Rubi plenamente estabelecida e o avanço consistente da implantação do Projeto TIC Eixo Norte, a Companhia demonstrou sua capacidade de executar, de forma simultânea, um complexo programa de investimentos enquanto mantém elevados padrões de segurança, qualidade operacional e responsabilidade financeira.

Ao longo do período, avançamos de maneira consistente em nossos principais objetivos estratégicos. A continuidade da implantação das obras, a evolução dos projetos executivos, a obtenção de importantes licenças ambientais e o início antecipado das obras do Trecho III demonstram a capacidade técnica da Companhia e a efetividade de seu modelo de gestão.

Mais do que cumprir marcos contratuais, buscamos construir uma organização preparada para administrar um ativo ferroviário de longo prazo, pautada pela excelência operacional, pela inovação, pela sustentabilidade e pelo compromisso permanente com nossos passageiros e com a sociedade.

O Projeto TIC Eixo Norte representa um dos maiores investimentos em infraestrutura ferroviária atualmente em desenvolvimento no Brasil. Ao integrar a Região Metropolitana de São Paulo à Região Metropolitana de Campinas, por meio da Linha 7 – Rubi, do Trem Intermetropolitano (TIM) e do Trem Intercidades (TIC), a Companhia contribuirá para ampliar a mobilidade regional, estimular o desenvolvimento econômico, reduzir impactos ambientais e fortalecer a integração entre importantes polos urbanos do Estado de São Paulo.

Esse empreendimento é viabilizado por meio do Contrato de Concessão Patrocinada no 002/2024, firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos, na qualidade de Poder Concedente, e a TIC Trens S.A., com a interveniência/anuência da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e da Companhia Paulista de Parcerias – CPP, sendo esta última na qualidade de interveniente-garantidora. O contrato contempla a implantação de empreendimentos, a modernização e expansão da infraestrutura ferroviária, bem como a operação, manutenção e conservação dos bens integrantes da concessão, necessários à prestação dos serviços de transporte de passageiros do TIC Eixo Norte.

Os avanços registrados no semestre reforçam nossa confiança na estratégia definida desde o início da concessão. A combinação entre disciplina de execução, governança corporativa, gestão eficiente de recursos e sólida estrutura de financiamento proporciona bases consistentes para a continuidade do projeto e para a criação de valor sustentável no longo prazo.

A Administração reconhece que a execução de um empreendimento desta magnitude exige permanente capacidade de adaptação, rigor na gestão de riscos e elevado nível de coordenação entre equipes multidisciplinares, fornecedores, parceiros institucionais e órgãos públicos. Nesse contexto, seguimos fortalecendo continuamente nossos processos internos, nossa estrutura organizacional e nossos mecanismos de governança, assegurando a adequada gestão dos riscos inerentes ao projeto e a preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Entramos na segunda metade de 2026 confiantes na estratégia estabelecida, comprometidos com a excelência operacional e preparados para avançar nas próximas etapas da implantação do TIC Eixo Norte, mantendo como prioridades a segurança das operações, a disciplina financeira, a sustentabilidade e a geração de valor para todas as partes interessadas.

2.1. Principais avanços em 1S26:

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por importantes entregas operacionais, institucionais e organizacionais, refletindo a evolução consistente da Companhia na consolidação da operação da Linha 7 – Rubi e na implantação das futuras etapas do Projeto TIC Eixo Norte.

Marcos Operacionais e de Implantação

Entre os principais avanços alcançados durante o período destacam-se:

- Conclusão dos primeiros seis meses de operação comercial da Linha 7 – Rubi, mantendo acompanhamento contínuo dos indicadores de desempenho, qualidade operacional e cumprimento das obrigações contratuais junto ao Poder Concedente;
- Conclusão da fase de pré-construção, com evolução consistente do planejamento físico-financeiro e atualização dos cronogramas executivos, proporcionando maior previsibilidade para as próximas etapas do empreendimento;
- Avanço significativo na elaboração dos Projetos Executivos de Engenharia Civil e Sistemas, consolidando as bases técnicas necessárias para a expansão das frentes de obras;
- Evolução do processo de licenciamento ambiental, culminando na obtenção da Licença de Instalação (LI) e das autorizações necessárias para o início das intervenções do Trecho III;
- Início das obras do Trecho III em 27 de março de 2026, aproximadamente dois meses antes do marco contratual originalmente previsto, demonstrando eficiência no planejamento e capacidade de execução da Companhia;
- Continuidade dos programas de renovação da infraestrutura ferroviária da Linha 7, incluindo a substituição de trilhos e dormentes, contribuindo para a melhoria contínua da confiabilidade operacional e da segurança do sistema;
- Implantação e desenvolvimento de sistemas voltados ao fortalecimento da segurança operacional, mitigação de riscos e redução da exposição a penalidades contratuais;
- Consolidação da estrutura operacional dedicada à Linha 7 e preparação das equipes, processos e sistemas para os futuros marcos de implantação do Trem Intermetropolitano (TIM) e do Trem Intercidades (TIC).

Esses avanços refletem a capacidade da Companhia de conduzir simultaneamente a operação ferroviária e a implantação de um complexo programa de investimentos, mantendo rigor na gestão de cronogramas, custos, qualidade, segurança e riscos corporativos. A Administração permanece comprometida com a execução disciplinada do projeto, buscando assegurar previsibilidade, eficiência operacional e geração de valor sustentável ao longo de todo o ciclo da concessão.

Estrutura Organizacional e Capital Humano

Paralelamente aos avanços operacionais, a Companhia deu continuidade ao fortalecimento de sua estrutura organizacional, reconhecendo que o desenvolvimento das pessoas constitui um dos principais fatores para o sucesso da concessão no longo prazo.

Durante o semestre, foram implementadas iniciativas voltadas ao fortalecimento da cultura organizacional, ao aprimoramento dos processos de atração e retenção de talentos, ao desenvolvimento da liderança e à evolução das práticas de gestão de desempenho.

Entre as principais iniciativas destacam-se o fortalecimento da estrutura organizacional, a consolidação do “Jeito de Ser” e dos valores corporativos, o desdobramento das metas estratégicas para toda a organização, a implementação de indicadores de gestão de pessoas, a aprovação da metodologia de avaliação por competências (9 Box), o fortalecimento das ações de engajamento, a ampliação de parcerias com instituições de ensino e o lançamento do Programa de Desenvolvimento de Líderes.

Como reflexo desse compromisso, a Companhia promoveu mais de 940 horas de treinamento técnico, institucional e comportamental para os colaboradores das áreas administrativas e 112.098 horas para os colaboradores das áreas operacionais durante o primeiro semestre de 2026 – totalizando 113.038 horas – fortalecendo competências essenciais para a operação ferroviária, a implantação do projeto e a formação de lideranças.

A Administração entende que a construção de uma organização sólida depende do desenvolvimento contínuo de seu capital humano. Por essa razão, seguirá investindo na formação de equipes altamente qualificadas, na promoção de uma cultura de alto desempenho e na valorização de seus colaboradores, pilares fundamentais para a sustentabilidade dos resultados e para a excelência na prestação dos serviços públicos concedidos.

2.2. Desempenho Econômico-Financeiro

O primeiro semestre de 2026 marcou um período de consolidação operacional e financeira da TIC Trens S.A., refletindo a transição da Companhia para um novo estágio de maturidade após o início da operação comercial da Linha 7 – Rubi, ocorrido em novembro de 2025. Durante o período, a Companhia manteve sua estratégia de combinar a expansão dos investimentos na implantação do Projeto TIC Eixo Norte com uma gestão financeira disciplinada, preservando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e fortalecendo sua capacidade de execução de longo prazo.

A evolução dos resultados demonstra a capacidade da Administração de conduzir simultaneamente um amplo programa de investimentos, a operação ferroviária e a estruturação do financiamento definitivo do empreendimento, mantendo elevados padrões de governança, controle financeiro e gestão de riscos.

Evolução dos Resultados Operacionais:

A seguir, a Companhia divulga o resultado do período para o período do 1º Semestre de 2026 comparados ao mesmo período de 2025 (valores expressos em milhares de reais).

	6M26	6M25	Var.	A/A
Receita Bruta	944.566	-	944.566	100,0%
(-) Receita de construção	593.872	-	593.872	100,0%
Linhas sobre trilhos	350.694	-	350.694	100,0%
Tributos e Outras deduções	(24.339)	-	(24.339)	100,0%
Receita líquida	920.227	-	920.227	100,0%
Receita líquida sem construção	326.355	-	326.355	100,0%

Relatório da administração

	6M26	6M25	Var.	A/A
Custos Totais (a+b+c)	(814.297)	-	(814.297)	100,0%
Custos caixa (a)	(218.328)	-	(218.328)	100,0%
Pessoal	(83.105)	-	(83.105)	100,0%
Abastecimento	(450)	-	(450)	100,0%
Operacionais	(106.092)	-	(106.092)	100,0%
Manutenção e lubrificantes	(28.670)	-	(28.670)	100,0%
Rodagem	(11)	-	(11)	100,0%
Custos não caixa (b)	(2.097)	-	(2.097)	100,0%
Depreciação e amortização	(2.097)	-	(2.097)	100,0%
Custos de construção (c)	(593.872)	-	(593.872)	100,0%
Lucro Bruto	105.930	-	105.930	100,0%
Receita (despesas) operacionais	(31.708)	(55.976)	24.268	-43,4%
Despesas gerais e administrativas	(37.625)	(61.776)	24.151	-39,1%
Outras receitas operacionais	6.738	6.117	621	10,2%
Depreciação e amortização	(821)	(317)	(504)	159,0%
Resultado na alienação do imobilizado	4	-	4	100,0%
Resultado Financeiro	(28.414)	9.745	(38.159)	-391,6%
Impostos	(6.658)	-	(6.658)	100,0%
EBIT	74.226	(55.976)	130.202	-232,6%
Margem EBIT	8,1%	0,0%	8,1%	8,1 p.p
EBITDA	77.144	(55.659)	132.803	-238,6%
Margem EBITDA	8,4%	0,0%	8,4%	8,4 p.p
Lucro (Prejuízo) líquido	39.154	(46.231)	85.385	-184,7%

No primeiro semestre de 2026, a Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 920.227 mil. Desconsiderando os efeitos contábeis da receita de construção, cuja contabilização decorre da aplicação das normas aplicáveis aos contratos de concessão de serviços públicos, a Receita Líquida Ajustada alcançou R\$ 326.355 mil, representando de forma mais adequada o desempenho operacional da Companhia.

A expansão das receitas observada no período está diretamente associada ao primeiro semestre completo de operação comercial da Linha 7 – Rubi, que passou a contribuir integralmente para a geração recorrente de receitas operacionais da concessão.

Em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis às concessões públicas, a receita de construção é reconhecida simultaneamente ao respectivo custo de construção, em igual montante, não produzindo efeitos sobre o lucro líquido, EBITDA ou geração operacional de caixa. Dessa forma, tais registros possuem natureza estritamente contábil e não alteram o desempenho econômico efetivo da Companhia.

Custos Operacionais e Eficiência:

Os custos diretamente relacionados à operação e manutenção da Linha 7 – Rubi totalizaram R\$ 218.328 mil no semestre, refletindo a consolidação das atividades operacionais e o compromisso permanente da Companhia com elevados padrões de segurança, confiabilidade e qualidade dos serviços prestados.

As despesas operacionais e administrativas totalizaram R\$ 31.708 mil, apresentando redução de aproximadamente 43% em relação ao período anterior.

Essa evolução decorre principalmente de três fatores:

- início da geração de receitas comerciais associadas à operação da Linha 7 – Rubi;
- capitalização de custos diretamente relacionados à implantação do projeto, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis;
- aprimoramento da estrutura organizacional e maior eficiência administrativa decorrente da reorganização das atividades corporativas no âmbito da Companhia.

Esses fatores demonstram a disciplina da Administração na gestão dos recursos da Companhia e reforçam o compromisso permanente com a eficiência operacional, racionalização de despesas e adequada alocação de capital.

Resultado Financeiro:

O resultado financeiro do período reflete, principalmente, a evolução da estrutura de financiamento necessária para suportar a implantação do Projeto TIC Eixo Norte.

O aumento das despesas financeiras está diretamente relacionado à contratação dos financiamentos destinados à execução do empreendimento, característica compatível com a atual fase de desenvolvimento da concessão, marcada por elevados investimentos em infraestrutura.

Ao mesmo tempo, o crescimento das receitas financeiras evidencia a adequada administração dos recursos disponíveis e da posição de caixa da Companhia, contribuindo para mitigar parcialmente os efeitos do aumento das despesas financeiras.

A Administração acompanha continuamente a evolução do ambiente macroeconômico, especialmente os indicadores de inflação, taxas de juros e condições de mercado, buscando otimizar a estrutura de capital e reduzir o custo financeiro de longo prazo, preservando a sustentabilidade econômico-financeira do projeto.

Lucro, EBITDA e Geração de Valor:

Como resultado da consolidação operacional da Linha 7 – Rubi e da evolução das atividades da concessão, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 39.154 mil no primeiro semestre de 2026, revertendo o prejuízo observado no período anterior.

O EBITDA atingiu R\$ 77.144 mil, enquanto a margem EBITDA alcançou 8,4%, evidenciando a evolução da capacidade operacional da Companhia e o fortalecimento da geração recorrente de resultados.

Os indicadores financeiros demonstram que a TIC Trens vem consolidando gradualmente sua capacidade de geração de valor, combinando crescimento operacional, disciplina financeira e adequada gestão dos custos inerentes à fase de implantação do projeto.

Estrutura de Capital, Liquidez e Financiamento:

A Companhia manteve sua estratégia de fortalecimento da estrutura de capital, assegurando os recursos necessários para a continuidade da implantação do Projeto TIC Eixo Norte e preservando níveis adequados de liquidez.

Durante o período, foram realizados aportes de capital pelos acionistas, reforçando a estrutura patrimonial da Companhia e demonstrando o compromisso dos investidores com a execução integral da concessão.

No âmbito do financiamento do projeto, destacam-se:

- Continuidade da estruturação do financiamento de longo prazo junto ao BNDES, destinado ao suporte das próximas etapas de implantação do empreendimento;
- O enquadramento do projeto como prioritário para emissão de Debêntures Incentivadas, ampliando o acesso da Companhia ao mercado de capitais em condições mais competitivas;
- A autorização para utilização de recursos do FGTS, proporcionando alternativas adicionais de financiamento com menor custo financeiro e maior eficiência na composição da estrutura de capital.

Essas iniciativas reforçam a robustez da estratégia financeira da Companhia, diversificando suas fontes de financiamento, reduzindo o custo médio de capital e proporcionando maior previsibilidade para a execução do plano de investimentos.

Gestão de Caixa e Riscos Financeiros:

A Administração manteve foco permanente na gestão do fluxo de caixa, na preservação da liquidez e na mitigação dos riscos financeiros inerentes à execução de um projeto de infraestrutura de longo prazo.

A Companhia segue adotando práticas rigorosas de planejamento financeiro, monitoramento de riscos e gestão integrada de capital, buscando assegurar a disponibilidade dos recursos necessários para suportar tanto a operação comercial quanto a implantação das futuras etapas do Projeto TIC Eixo Norte.

Paralelamente, foram mantidas e renovadas as coberturas securitárias previstas contratualmente, abrangendo tanto as operações quanto as obras em execução, fortalecendo o gerenciamento dos riscos operacionais e patrimoniais da concessão.

A Administração permanece confiante na solidez da estrutura financeira construída até o momento e continuará atuando de forma prudente na gestão de liquidez, financiamento e alocação de capital, preservando o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e criando as condições necessárias para a geração sustentável de valor ao longo de todo o prazo da concessão.

2.3. Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

A sustentabilidade constitui um dos pilares estratégicos da TIC Trens e está integrada à condução de suas atividades operacionais, à implantação do Projeto TIC Eixo Norte e ao processo de tomada de decisões da Companhia. Mais do que atender às exigências regulatórias, a Administração entende que a geração de valor de longo prazo depende da capacidade de conciliar eficiência operacional, responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável.

Durante o primeiro semestre de 2026, a Companhia manteve sua atuação pautada pelo cumprimento rigoroso da legislação ambiental, pela gestão preventiva de riscos e pelo fortalecimento do relacionamento com as comunidades diretamente impactadas pelas obras e pela operação da concessão.

Nesse contexto, foram conduzidas ações voltadas ao atendimento das condicionantes ambientais, ao monitoramento dos impactos decorrentes das intervenções e ao aperfeiçoamento contínuo dos processos de gestão socioambiental, assegurando que a implantação do empreendimento ocorra de forma responsável e alinhada às melhores práticas do setor de infraestrutura.

O relacionamento transparente e permanente com as comunidades lindeiras permaneceu como prioridade da Administração. Ao longo do semestre, a Companhia promoveu iniciativas destinadas ao fortalecimento do diálogo social, ao acompanhamento das desapropriações e ao desenvolvimento de ações voltadas à promoção da saúde, cultura, educação e bem-estar das populações atendidas.

Também foram realizadas campanhas institucionais, eventos educativos e atividades culturais nas estações ferroviárias, ampliando o acesso da população a serviços e conteúdos de interesse público e reforçando o papel social desempenhado pela Companhia. No período, as iniciativas desenvolvidas alcançaram aproximadamente 17.563 pessoas, distribuídas em 115 ações e 15 campanhas realizadas em 24 localidades.

A segurança das operações e das equipes envolvidas na implantação e na operação da concessão permaneceu entre as prioridades estratégicas da Companhia. As ações desenvolvidas buscaram fortalecer a cultura de prevenção, reduzir riscos operacionais e assegurar elevados padrões de proteção às pessoas, aos ativos e ao serviço público prestado.

A Administração segue promovendo a evolução contínua de sua agenda ESG, incorporando critérios ambientais, sociais e de governança aos processos decisórios e reforçando seu compromisso com a geração de impactos positivos e duradouros para passageiros, colaboradores, comunidades, fornecedores, investidores e demais partes interessadas.

O Projeto TIC Eixo Norte representa um investimento estruturante para a mobilidade do Estado de São Paulo e contribuirá significativamente para a integração regional, a redução das emissões associadas ao transporte, o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. A Companhia permanece comprometida em transformar esses benefícios em resultados sustentáveis ao longo de todo o período da concessão.

2.4 Auditoria Interna e Canal de Ética

A TIC Trens entende que uma estrutura sólida de governança corporativa constitui elemento essencial para assegurar a sustentabilidade do negócio, fortalecer a confiança das partes interessadas e garantir a adequada gestão de um projeto de infraestrutura de longo prazo.

Durante o primeiro semestre de 2026, a Companhia avançou no fortalecimento de seus mecanismos de governança, ampliando a maturidade de seus processos de gestão de riscos, controles internos, conformidade e integridade corporativa.

Nesse contexto, foi implantada a área de Auditoria Interna, estruturada de acordo com as melhores práticas de mercado e alinhada às diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e do Institute of Internal Auditors (IIA).

Atuando de forma independente e objetiva como terceira linha de defesa, a Auditoria Interna desempenha papel fundamental na avaliação da efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade, contribuindo para o fortalecimento da governança corporativa e para o aprimoramento contínuo dos processos organizacionais.

Sua atuação é orientada por planejamento baseado em riscos e reporta funcionalmente ao Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Auditoria, assegurando elevado grau de independência e transparência na execução de suas atividades.

No âmbito da integridade corporativa, a Companhia mantém Código de Ética aplicável aos colaboradores, administradores, membros de comitês e demais públicos abrangidos por suas políticas internas, estabelecendo princípios claros de conduta, transparência, responsabilidade e respeito às normas legais e regulatórias.

Esse compromisso é complementado por ações permanentes de comunicação, treinamento e disseminação da cultura ética em toda a organização, fortalecendo a prevenção de fraudes, corrupção e demais condutas incompatíveis com os valores da Companhia.

A TIC Trens mantém ainda Canal de Ética estruturado para assegurar confidencialidade, independência e possibilidade de anonimato aos relatores. Todas as manifestações recebidas são tratadas por equipe especializada, observando critérios de imparcialidade, diligência e aderência às políticas corporativas, sendo posteriormente submetidas à apreciação do Comitê de Ética sempre que aplicável.

A Administração entende que a evolução contínua da governança corporativa constitui fator indispensável para a adequada gestão dos riscos da concessão, para a preservação da integridade institucional e para a geração sustentável de valor ao longo de todo o ciclo do empreendimento.

2.5. Considerações Finais

O primeiro semestre de 2026 representou um período de consolidação da TIC Trens, marcado pela combinação entre a estabilidade operacional da Linha 7 – Rubi e o avanço consistente das etapas de implantação do Projeto TIC Eixo Norte.

Ao longo do período, a Companhia cumpriu os principais compromissos previstos no Contrato de Concessão, mantendo elevados padrões de segurança operacional, disciplina financeira e governança corporativa, ao mesmo tempo em que avançou na execução das obras, na evolução dos projetos executivos, na obtenção das licenças necessárias e no fortalecimento de sua estrutura organizacional.

Os resultados alcançados demonstram a capacidade da Companhia de administrar simultaneamente um empreendimento de elevada complexidade técnica, operacional e financeira, preservando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e criando bases sólidas para o desenvolvimento das próximas etapas do projeto.

A Administração permanece confiante na estratégia estabelecida desde o início da concessão e continuará direcionando seus esforços para a excelência operacional, a disciplina na execução dos investimentos, a gestão eficiente dos riscos e o fortalecimento contínuo de sua estrutura financeira e institucional.

Entramos na segunda metade de 2026 preparados para enfrentar os desafios inerentes à implantação de um dos mais relevantes projetos de infraestrutura ferroviária do país, mantendo o compromisso permanente com a geração de valor sustentável, a segurança das operações, a qualidade dos serviços prestados e o desenvolvimento da mobilidade regional do Estado de São Paulo.

A Administração agradece aos colaboradores pelo comprometimento demonstrado ao longo do período, aos passageiros pela confiança depositada na Companhia, aos acionistas e financiadores pelo apoio contínuo, ao Poder Concedente e aos órgãos públicos pela cooperação institucional, bem como a todos os parceiros que contribuem diariamente para a construção de um sistema ferroviário mais moderno, seguro, eficiente e sustentável.

Com disciplina, responsabilidade e visão de longo prazo, a TIC Trens seguirá comprometida com a entrega integral do Projeto TIC Eixo Norte, contribuindo para transformar a mobilidade regional e gerar benefícios permanentes para a sociedade paulista.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12ª andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores da
TIC Trens S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TIC Trens S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da TIC Trens S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

TIC Trens S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	168.182	535.124
Contas a receber	4	52.273	25.734
Estoques	5	42.703	18.034
Tributos a recuperar	6	13.392	6.117
Partes relacionadas	7	1.151	953
Adiantamentos	8	10.820	4.107
Outros créditos	9	15.977	21.489
Total do ativo circulante		304.498	611.558
Total do ativo não circulante		1.117.452	588.655
Realizável a longo prazo			
Ativos de contrato	10	908.191	386.699
Partes relacionadas	7	13.764	13.764
Outros créditos	9	7.236	86
Tributos diferidos	23	18.462	17.926
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	8.324
		947.653	426.799
Imobilizado	12	13.556	11.389
Intangível	13	156.243	150.467
Total do ativo		1.421.950	1.200.213

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIC Trens S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	298.924	7.837
Debêntures	14	300.374	585
Instrumentos financeiros derivativos	11	3.659	-
Fornecedores	15	35.277	33.366
Obrigações tributárias	16	3.572	7.932
Imposto de renda e contribuição social	23	7.195	-
Obrigações trabalhistas	17	34.060	31.736
Outras obrigações		3.080	50
Partes relacionadas	7	32.450	14
Total do passivo circulante		718.591	81.520
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	-	300.000
Debêntures	14	-	300.000
Fornecedores	15	4.894	545
Total do passivo não circulante		4.894	600.545
Patrimônio líquido	19		
Capital social		699.462	558.299
Prejuízos acumulados		(997)	(40.151)
Total do patrimônio líquido		698.465	518.148
Total do passivo e patrimônio líquido		1.421.950	1.200.213

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIC Trens S.A.

Demonstrações do resultado para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Receita líquida	20	920.227	-
Custos	21	(814.297)	-
Lucro bruto		105.930	-
Receitas (despesas) operacionais	21	(31.708)	(55.976)
Despesas gerais e administrativas		(38.446)	(62.093)
Outras receitas operacionais		6.738	6.117
Resultado na alienação do imobilizado		4	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		74.226	(55.976)
Resultado financeiro	22	(28.414)	9.745
Receitas financeiras		44.038	10.247
Despesas financeiras		(72.452)	(502)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	23	45.812	(46.231)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(7.195)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		537	-
Resultado líquido do semestre		39.154	(46.231)
Número de ações		1.348.096.500	1.348.096.500
Resultado líquido básico e diluído por ações (em reais)		0,03	(0,03)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIC Trens S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado líquido do semestre	39.154	(46.231)
Total dos resultados abrangentes do semestre	39.154	(46.231)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIC Trens S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social subscrito	(-) Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.348.097	(1.072.124)	(59.616)	216.357
Capital social integralizado		-	141.163	-	141.163
Prejuízo líquido do semestre		-	-	(46.231)	(46.231)
Saldos em 30 de junho de 2025		1.348.097	(930.961)	(105.847)	311.289
Saldos em 31 de dezembro de 2025	19	1.348.097	(789.798)	(40.151)	518.148
Capital social integralizado		-	141.163	-	141.163
Lucro líquido do semestre		-	-	39.154	39.154
Saldos em 30 de junho de 2026	19	1.348.097	(648.635)	(997)	698.465

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIC Trens S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	45.812	(46.231)
Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	814	313
Amortização	2.104	4
Baixas de imobilizado	212	-
Juros sobre as debêntures	23.925	-
Juros sobre o endividamento	5.235	-
Variações cambiais	(8.884)	-
Resultado ajustado	69.218	(45.914)
Variações no ativo	(65.693)	(5.289)
Estoques	(24.669)	-
Contas a receber	(26.539)	-
Tributos a recuperar	(6.134)	(1.306)
Adiantamentos	(6.713)	(7.744)
Outros créditos	(1.638)	3.761
Variações no passivo	7.254	1.512
Fornecedores	6.260	(3.895)
Obrigações trabalhistas	2.324	5.657
Obrigações tributárias	(4.360)	(253)
Outras obrigações	3.030	3
Caixa gerado pelas atividades operacionais	10.779	(49.691)
Juros pagos	(29.400)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.140)	-
Caixa líquido pelas atividades operacionais	(19.761)	(49.691)
Atividades de investimento		
Ativos de contrato	(521.492)	(6.963)
Instrumentos financeiros derivativos	8.324	-
Transações com partes relacionadas	(198)	(25.703)
Aquisição de imobilizado	(3.193)	(906)
Aquisição no intangível	(7.880)	(3.240)
Caixa líquido das atividades de investimento	(524.439)	(36.812)

TIC Trens S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Atividades de financiamento		
Instrumentos financeiros derivativos	3.659	-
Transações com partes relacionadas	32.436	(569)
Capital social integralizado	141.163	141.163
Caixa líquido das atividades de financiamento	177.258	140.594
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(366.942)	54.091
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	535.124	163.918
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	168.182	218.009
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(366.942)	54.091

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

1.1. Sobre a Companhia

O TIC Trens S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em decorrência da participação na Concorrência Internacional nº 01/2021, processo SPI nº 1040923/2021, PPP-TIC Eixo Norte, por meio de leilão realizado em sessão pública em 29 de fevereiro de 2024, na B3 S.A., cuja sede está localizada na Rua Raimundo Pereira de Magalhães, 1.000, Vila Anastácio, São Paulo, Estado de São Paulo, local onde funcionará o seu escritório administrativo. Constituída em 29 de abril de 2024, a Companhia tem como objeto social específico e exclusivo a exploração da Concessão Patrocinada para a prestação do serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos do TIC Eixo Norte, da rede ferroviária do Estado de São Paulo, abrangendo operação, manutenção, conservação, implantação de obras civis e sistemas, aquisição de material rodante, melhorias, requalificação, adequação, modernização e expansão, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2021 e do correspondente Contrato de Concessão.

1.2. Contrato de Concessão

Em 29 de abril de 2024, foi constituída a TIC Trens S.A. em decorrência da participação na Concorrência Internacional nº 01/2021, Processo SPI nº 1040923/2021, PPP-TIC Eixo Norte, mediante leilão realizado em sessão pública em 29 de fevereiro de 2024 na B3 S.A. O Contrato tem por objeto a concessão da prestação de serviço público de transporte de passageiros, sobre trilhos, do TIC Eixo Norte. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da ordem de início da Operação Comercial da Linha 7.

Em 03 de junho de 2024, a Companhia celebrou o contrato de concessão patrocinada para a prestação dos serviços de gestão, construção operação e manutenção do projeto TIC Eixo Norte, o prazo contratual é 30 anos, contados a partir da ordem de início da Operação Comercial da Linha 7, ocorrida em novembro de 2025.

1.3. Início das Operações da Companhia

O exercício de 2025 foi marcado pela conclusão da fase pré-operacional e pelo início da operação da Linha 7 - Rubi, em 26 de novembro de 2025, em conformidade com o cronograma contratual, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 19.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho da Administração realizada em 26 de agosto de 2026.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de modo consistente no período apresentado.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

A demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa ocorridas nos períodos apresentados.

2.2. Estimativas e premissas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em métodos de avaliação que utilizam estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, anualmente.

2.3. Políticas contábeis

Aplicamos de modo consistente as principais políticas contábeis nos períodos apresentados nas notas explicativas.

2.4. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01/01/2026
CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais e específicos para divulgações de sustentabilidade e riscos climáticos	Adoção voluntária a partir de 2024. A obrigatoriedade regulamentar, originalmente prevista para exercícios sociais iniciados em ou após 01/01/2026 (Resolução CVM nº 193/2023), foi revogada pela Resolução CVM nº 244, de 29/05/2026, que tornou o reporte de Informações Financeiras de Sustentabilidade integralmente voluntário para companhias abertas. A partir de 01/01/2027, a decisão de não reportar deverá ser publicamente justificada ao mercado, no modelo "pratique ou explique".

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	Nova estrutura do demonstrativo de resultado, princípios de agregação/desagregação e novas divulgações	01/01/2027
Emendas ao CPC 02 (IAS 21)	Falta de Intercambiabilidade (ajustes residuais de transição, se aplicável a novos cenários)	01/01/2027

A Administração da Companhia está monitorando essas normas e avaliará eventuais impactos quando da sua vigência.

3. Caixa e equivalentes de caixa

3.1. Política contábil

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atenderem a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. A Companhia considera como equivalente de caixa toda aplicação financeira de liquidez imediata.

Entretanto, saldos bancários a descoberto, decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como contas correntes garantidas que são liquidados em curto prazo, compõem parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Nessas circunstâncias, tais saldos bancários a descoberto são classificados no passivo circulante e incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa, na Demonstração dos Fluxos de Caixa, em cumprimento as especificações do Pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.2. Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	661	10
Aplicações financeiras (a)	167.521	535.114
Totais	168.182	535.124

(a) Em 30 de junho de 2026, as aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e remuneradas por taxas que variam em média entre 103% e 102% (95% em 31 de dezembro de 2025).

4. Contas a receber

4.1. Política Contábil

Os valores registrados em Contas a Receber representam os direitos contratuais da Companhia de receber valores de clientes, decorrentes da prestação de serviços no curso normal de suas operações.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal faturado, deduzidos dos impostos retidos na fonte e da provisão para estimativa de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Essa provisão reflete a estimativa contábil das perdas esperadas em função do risco de inadimplência de determinados clientes, que corresponde a estimativa contábil de crédito dos clientes que possuem risco considerável de não serem quitados. Para fins de provisão, a Companhia considera os títulos com vencimento superior a 180 dias como base para constituição da estimativa de perdas. Excepcionalmente, os créditos junto a órgãos públicos não são provisionados, uma vez que são tratados por meio de processos administrativos específicos junto aos respectivos entes governamentais.

4.2. Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Urbano	46.959	24.724
Aluguéis de imóveis	5.314	1.010
Total	52.273	25.734

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresentamos o *aging list* do contas a receber, conforme saldo apresentado acima:

	30/06/2026	31/12/2025
Total a vencer	25.091	25.734
Vencidos		
Em até 01 mês	24.537	-
De 01 a 06 meses (a)	2.645	-
Total	52.273	25.734

(a) A administração concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas (PECLD) na data-base das demonstrações financeiras.

5. Estoques

5.1. Política contábil

Os estoques são representados pelos materiais para consumo e manutenção, mantidos para garantir a disponibilidade imediata e reduzir o custo operacional. Os estoques são reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e da provisão para materiais obsoletos, quando aplicável, de forma a refletir o valor realizável líquido. A realização dos estoques é efetuada pelo custo médio ponderado (Média Ponderada Móvel (MPM)), método que reflete o custo médio unitário dos materiais ao longo do período.

Os materiais obsoletos são representados por itens sem giro a mais de cinco anos no segmento de trilhos, exceto itens de baixo giro que devem ser analisados individualmente por material. A provisão para obsolescência é registrada nas demonstrações financeiras com base nesse critério não havendo movimentação física dos estoques. A baixa desses itens será efetuada somente quando forem vendidos como sucata.

5.2. Composição

A constituição do estoque decorre do planejamento realizado em conjunto com a equipe de manutenção, visando a definição e aquisição dos primeiros sobressalentes e itens consumíveis necessários para operação comercial, garantindo a disponibilidade de materiais essenciais para a continuidade das atividades.

A Administração realizou a avaliação dos itens mantidos em estoque, e até o momento, não foram identificados itens obsoletos ou sem expectativa de utilização no semestre auditado.

	30/06/2026	31/12/2025
Materiais de reparos de bens e equipamentos	27.724	12.627
Materiais de segurança	8.838	4.141
Outros materiais de almoxarifado	2.763	930
Pneus e câmaras	2.038	32
Materiais para obras	672	-
Lubrificantes	666	304
Combustíveis	2	-
Total (a)	42.703	18.034

(a) O aumento do saldo de estoques em 30 de junho de 2026 é decorrente, principalmente, da aquisição de sobressalentes, realizada em atendimento às obrigações contratuais da Companhia quanto à manutenção de estoque de peças para suporte às operações.

6. Tributos a recuperar

6.1. Política contábil

Os tributos a recuperar são registrados com base nos valores efetivamente recolhidos ou retidos pela Companhia, cuja recuperação é considerada provável, observando a legislação vigente.

Os valores são apresentados no ativo circulante ou não circulante, conforme a expectativa de realização, e são periodicamente avaliados quanto à sua recuperabilidade. Reduções ao valor recuperável são reconhecidas quando identificada a necessidade de constituição de provisão para perdas sobre créditos não realizáveis.

6.2. Composição

	30/06/2026	31/12/2025
IRRF sobre aplicações	9.171	6.117
IRPJ antecipação – estimativa (a)	3.081	-
CSLL antecipação – estimativa (a)	1.140	-
Total	13.392	6.117

(a) Os saldos decorrem das antecipações de CSLL e IRPJ realizadas durante o semestre. Eventuais saldos remanescentes serão compensados ou liquidados durante o período.

7. Partes relacionadas

7.1. Política contábil

As transações com partes relacionadas são reconhecidas e divulgadas conforme o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. São consideradas partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas que detenham controle, controle conjunto, influência significativa ou que integrem a administração da Companhia.

A Companhia registra essas transações com base nos valores acordados entre as partes e divulga nas demonstrações financeiras os principais saldos e transações do exercício, bem como a remuneração dos administradores, quando aplicável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2. Composição

Ativo	Relacionamentos	Outros créditos		Total geral	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
BRTrens Manutenção Ferroviária Ltda.	Coligada	111	-	111	-
Brasil Rail Transit Ltda.	Coligada	953	953	953	953
Ductu Trens Assessoria e Consultoria Operacional Ltda.	Coligada	71	-	71	-
Engetrens Serviços de Engenharia e Projetos Ltda. (a)	Coligada	13.776	13.764	13.776	13.764
Trivia Trens S.A.	Coligada	4	-	4	-
Total		14.915	14.717	14.915	14.717
Circulante		1.151	953	1.151	953
Não circulante		13.764	13.764	13.764	13.764
Total		14.915	14.717	14.915	14.717

(a) Em outros créditos, o saldo de R\$ 13.776, refere-se à transferência de funcionários da Companhia para a Engetrens, que atuará como EPC Civil responsável pela obra. Após a obtenção da “não objeção” por parte do poder concedente, a Companhia será ressarcida pelos custos incorridos com os funcionários transferidos.

Passivo	Relacionamentos	Outras obrigações		Total geral	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Engetrens Serviços de Engenharia e Projetos Ltda. (a)	Coligada	27.153	-	27.153	-
Expertisea Serviços e Consultoria Técnica Ltda.	Coligada	5.286	-	5.286	-
Trivia Trens S.A.	Coligada	11	14	11	14
Total		32.450	14	32.450	14

(a) O saldo refere-se à prestação de serviços de engenharia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.3. Transações com partes relacionadas com efeitos no resultado

A seguir, demonstramos o reflexo no resultado do exercício proveniente das operações com partes relacionadas:

	Tipo de operação	Custos		Receitas (despesas) operacionais	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
BRTrens Manutenção Ferroviária Ltda	Conservação de instalação	(19.560)	-	-	-
Ductu Trens Ass. e Consultoria Operacional Ltda	Serviços de consultoria	(31.893)	-	-	-
Engetrens Serviços de Engenharia e Projetos Ltda	CAPEX / Reembolso de despesas	(409.478)	-	-	13.764
Expertisea Serviços e Consultoria Técnica Ltda	Outras despesas	-	-	(25.974)	-
Solidum Serviços e Consultoria Técnica Ltda	Outras despesas	-	-	(14.814)	-
Trivia Trens S.A.	Reembolso de despesas	-	-	344	1.171
Viação Piracicabana S.A.	Serviços administrativos/ Outras despesas	-	-	(1.313)	(1.116)
Total		(460.931)	-	(41.757)	13.819

7.4. Remuneração dos administradores

A Remuneração dos administradores da Companhia foi registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” no montante de R\$ 2.859 em 30 de junho de 2026 (R\$ 2.186 em 30 de junho de 2025).

8. Adiantamentos

8.1. Política contábil

Os adiantamentos registrados no ativo circulante compreendem valores antecipados a terceiros, com a expectativa de recebimento de bens, serviços ou direitos em data futura. Esses valores são reconhecidos pelo montante efetivamente desembolsado e classificados de acordo com a sua natureza e expectativa de realização.

Os adiantamentos são avaliados ao custo histórico. Quando o bem ou serviço é recebido, o valor do adiantamento é reclassificado para a conta correspondente, de acordo com a natureza da transação.

8.2. Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores (a)	10.820	4.107
Total	10.820	4.107

(a) O saldo refere-se à aquisição de material rodante destinado à manutenção dos trens da Linha 7, bem como aos demais insumos necessários à manutenção dos sistemas, cuja fabricação depende da realização de adiantamentos aos fornecedores.

9. Outros créditos

9.1. Política contábil

Os Outros Créditos compreendem valores a receber e ativos registrados no ativo circulante e não circulante, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia. Referem-se a valores decorrentes de vendas de bens ou prestação de outros serviços, adiantamentos e despesas pagas antecipadamente.

Esses ativos são avaliados periodicamente, e eventuais perdas por não recuperabilidade são reconhecidas diretamente no resultado do período, conforme avaliação da administração.

9.2. Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Seguros	16.070	16.428
Outras contas a receber (a)	2.760	290
Despesas antecipadas	3.170	4.099
Adiantamentos a funcionários	1.213	758
Total	23.213	21.575
Circulante	15.977	21.489
Não circulante	7.236	86
Total	23.213	21.575

(a) A variação do saldo refere-se, principalmente, a valores incorridos pela Companhia com o aluguel de espaço para armazenamento de materiais, bem como a despesas inicialmente suportadas pela Companhia e que deverão ser reembolsadas pelo Poder Concedente.

10. Ativos de contrato

10.1. Política contábil

O ativo de contrato é reconhecido ao longo da fase de construção da infraestrutura concedida, em contrapartida à receita de construção, conforme previsto no ICPC 01 – Contratos de Concessão e no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A receita de construção é composta pelos custos de capital incorridos (CAPEX) durante a fase de construção. Os valores recebidos do poder concedente a título de aportes reduzem o saldo do ativo de contrato.

10.2. Composição

A variação registrada no semestre findo em 30 de junho de 2026 e 2025 decorre do reconhecimento da receita de construção e dos adiantamentos pagos aos fornecedores incorridos durante a fase de construção da infraestrutura concedida.

Saldo Inicial 31/12/2025	Adições	Baixas	Saldo Final 30/06/2026
386.699	745.421	(223.929)	908.191

11. Instrumentos financeiros derivativos

11.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente, na data de sua contratação, pelo respectivo valor justo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados ao valor justo em cada data de balanço.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para fins de gerenciamento de riscos financeiros, não sendo mantidos para fins especulativos. As variações no valor justo desses instrumentos são reconhecidas no resultado do período, como receitas ou despesas financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2. Composição

A Companhia utiliza operações de swap cambial exclusivamente para hedge, com o objetivo de proteger-se das variações cambiais decorrentes do empréstimo ponte da Operação 4131, convertendo o fluxo em moeda estrangeira para reais. As variações no valor justo do swap são reconhecidas mensalmente no resultado e revertidas no mês seguinte, refletindo o efeito econômico da proteção.

A Companhia realizou uma nova captação de recursos por meio de empréstimo KGI, com o objetivo de financiar suas necessidades operacionais e estratégicas.

Paralelamente, foi contratada uma operação de swap para proteção contra risco de variação de taxa de juros/câmbio, alinhando o custo financeiro ao fluxo de caixa previsto e reduzindo a exposição a volatilidade de mercado, conforme as diretrizes internas de gestão de risco.

Tipo de instrumento financeiro derivativo	Operação	Valor Nocial	Valor em R\$ na contratação	Data de contratação	Data de vencimento	Saldo da dívida protegida em 30/06/2026		Saldo da dívida protegida em 31/12/2025	
						Instrumento da curva (R\$)	Valor Justo (MTM) (R\$) (a)	Instrumento da curva (R\$)	Valor Justo (MTM) (R\$) (a)
Swap cambial e de taxa de juros (FVTPL)	SWAP CNH + Pré-fixado x CDI	CNH 392.722	300.000	16/10/2025	25/03/2027	298.924	(3.659)	307.837	8.324
Total						298.924	(3.659)	307.837	8.324

(a) A variação do saldo dos instrumentos financeiros derivativos, de ativo em 31 de dezembro de 2025 para passivo em 30 de junho de 2026, decorre da remensuração a valor justo dos contratos, em função das condições de mercado na data-base.

12. Imobilizado

12.1. Política Contábil

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável.

A depreciação é iniciada quando os bens estão disponíveis para uso, sendo calculada e reconhecida na demonstração do resultado pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas médias de depreciação anual, que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, são apresentadas conforme a seguir:

	Vida útil % ao ano 30/06/2026
Benfeitorias em propriedades de terceiros	3,21%
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%
Equipamentos de processamento de dados	20%
Veículos de apoio	20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de comunicação	10%

Um item de imobilizado é baixado ou transferido para ativos disponíveis para venda, quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da transferência de titularidade do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor líquido contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado na rubrica 'Resultado na alienação de imobilizado', no exercício em que ocorrer a baixa do ativo.

Revisão da estimativa da vida útil e do valor residual dos ativos imobilizados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia revisou as estimativas de vida útil econômica e dos valores residuais de seus ativos imobilizados, conforme requerido pelas práticas contábeis aplicáveis. Para as demonstrações financeiras semestrais findas em 30 de junho de 2026, a Administração utilizou as estimativas definidas na referida revisão, não tendo identificado eventos ou circunstâncias que indicassem a necessidade de alteração dessas premissas no período.

Revisão do valor recuperável dos ativos

O valor residual do ativo imobilizado é analisado anualmente para verificar possível perda no seu valor recuperável.

Para os períodos de 30 de junho de 2026 e de 2025, a Administração da Companhia não constatou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável ("impairment") dos ativos imobilizados é necessária.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2. Demonstração do valor contábil líquido do imobilizado

Imobilizado de uso	31/12/2025						30/06/2026		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido	Adições de bens	Depreciação	Baixas de bens	Saldo final líquido	Custo	Depreciação acumulada
Benfeitorias em propriedades de terceiros	2.422	(82)	2.340	-	(39)	-	2.301	2.422	(121)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	605	(8)	597	-	(30)	-	567	605	(38)
Obras em andamento	-	-	-	1.123	-	-	1.123	1.123	-
Equipamentos de processamento de dados	2.986	(358)	2.628	1.437	(388)	(15)	3.662	4.404	(742)
Veículos de apoio	862	(150)	712	-	(68)	(197)	447	587	(140)
Móveis e utensílios	3.983	(215)	3.768	264	(206)	-	3.826	4.247	(421)
Equipamentos de comunicação	1.359	(15)	1.344	369	(83)	-	1.630	1.728	(98)
Total	12.217	(828)	11.389	3.193	(814)	(212)	13.556	15.116	(1.560)

13. Intangível

13.1. Política Contábil

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

i) Direitos de concessão

A Companhia opera serviços de transporte coletivo de passageiros por meio de contratos de concessão, firmados com os poderes concedentes.

Os direitos de concessão são decorrentes do contrato de concessão, são registrados como ativo intangível, a título de outorga, e são amortizados pelo método linear ao longo do prazo de vigência do contrato de concessão, sendo o valor correspondente reconhecido como custo de amortização na demonstração do resultado.

ii) Software

Os softwares são classificados como intangíveis com vida útil definida, ou seja, são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício social e as mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa, consistente com a utilização do ativo intangível à taxa de 20% ao ano.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2. Demonstração do valor contábil líquido do intangível

Intangível	31/12/2025			Adições de Bens	Amortização	30/06/2026		
	Custo	Amortização acumulada	Saldo inicial líquido			Saldo final líquido	Custo	Amortização acumulada
Direito de concessão (a)	130.988	(347)	130.641	3.875	(2.082)	132.434	134.863	(2.429)
Softwares	1.114	(21)	1.093	121	(22)	1.192	1.235	(43)
Intangível em desenvolvimento (b)	18.733	-	18.733	3.884	-	22.617	22.617	-
Total	150.835	(368)	150.467	7.880	(2.104)	156.243	158.715	(2.472)

(a) Os valores incorridos durante a fase pré-operacional e a fase assistida da Companhia foram registrados como ativo intangível, uma vez que são exigências contratuais necessárias para o início da operação comercial. Esses dispêndios atendem aos critérios de reconhecimento de ativo intangível, por serem identificáveis, estarem sob controle da Companhia e possuírem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, além de terem seu custo mensurado de forma confiável, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 04).

(b) A Companhia firmou contrato para a prestação de serviços de auditoria de obras com a TÜV RHEINLAND DUCTOR LTDA., conforme previsto no Contrato de Concessão, abrangendo o acompanhamento, controle, conferência, validação e certificação de bens reversíveis, transferência de infraestrutura existente, transição operacional e certificação da infraestrutura a ser construída. Os serviços incluem a emissão de relatórios e laudos técnicos, sendo exigida a anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e assinatura do Responsável Técnico nos documentos emitidos.

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures**14.1. Política contábil**

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2. Composição dos empréstimos e financiamentos

Modalidade							
Em moeda nacional	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	31/12/2025	Juros pagos	Juros apropriados	Variação cambial	30/06/2026
Capital de giro (KGI)	16,17%	CDI	307.837	(5.264)	5.235	(8.884)	298.924
Total			307.837	(5.264)	5.235	(8.884)	298.924
Circulante			7.837	294.736	5.235	(8.884)	298.924
Não circulante			300.000	(300.000)	-	-	-
Total			307.837	(5.264)	5.235	(8.884)	298.924

A seguir apresentamos a composição do saldo consolidado de empréstimos e financiamentos por vencimento (aging list):

	2026	2027	Total
Capital de giro (KGI)	99.641	199.283	298.924
Total	99.641	199.283	298.924

Cláusulas restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas as quais foram cumpridas pela Companhia em 30 de junho de 2026.

14.3. Composição das debêntures

Em setembro de 2025, a TIC Trens S.A. realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações no montante de R\$ 300.000. Os recursos serão destinados para pagamento futuro ou no reembolso de gastos, e/ou despesas relacionadas ao projeto.

Debêntures	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	31/12/2025	Juros pagos	Juros apropriados	30/06/2026
1ª Emissão	17,26%	CDI	300.585	(24.136)	23.925	300.374
Total			300.585	(24.136)	23.925	300.374
Circulante			585	275.864	23.925	300.374
Não circulante			300.000	(300.000)	-	-
Total			300.585	(24.136)	23.925	300.374

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresentamos a composição do saldo de debêntures por vencimento (*aging list*)

	2026	2027	Total
Debêntures	150.187	150.187	300.374
Total	150.187	150.187	300.374

Segue o detalhamento da debênture emitida pela Companhia.

Emissora	TIC Trens S.A. 1ª Emissão
Descrição	
Coordenador líder (banco)	Banco Santander
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.
Série	Única
Valor da emissão	300.000.000,00
Quantidade de emissão	300.000
Valor unitário	1.000,00
Data da emissão	26/09/2025
Data de vencimento	26/03/2027
Amortização das parcelas	Trimestral
Espécie	Quirografária
Taxa de juros a.a. %	100% DI + 2,50%

Vencimento antecipado

As debêntures emitidas pela Companhia, estão sujeitas ao vencimento antecipado em caso de eventos de inadimplemento, incluindo, entre outros, descumprimento de obrigações financeiras ou contratuais, insolvência, alterações societárias ou de controle, resgates ou pagamentos antecipados, nulidade ou contestação de documentos, descumprimento de legislação aplicável, e situações que afetem o andamento ou a viabilidade do projeto objeto da emissão, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

A Companhia avaliou todas as cláusulas relacionadas ao vencimento antecipado e entende que em 30 de junho de 2026 encontra-se adimplente com todas as condições estipuladas contratualmente.

Garantias

As debêntures emitidas pela Companhia são respaldadas por garantias fidejussórias concedidas por fiadores brasileiros, na forma de fiança, bem como por uma garantia corporativa estrangeira em conjunto com os fiadores brasileiros, a Companhia fornecerá uma garantia corporativa em benefício do Agente Fiduciário, atuando como representante dos Debenturistas. Tais garantias são irrevogáveis, irretroatáveis e permanecem executáveis até a integral quitação das obrigações.

15. Fornecedores**15.1. Política contábil**

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Tais obrigações, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

15.2. Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais	40.171	33.911
Total	40.171	33.911
Circulante	35.277	33.366
Não circulante	4.894	545
Total	40.171	33.911

A seguir apresentamos o aging list de fornecedores, conforme saldo apresentado acima:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
Fornecedores nacionais	33.774	3.735	2.544	8	80	30	40.171
Total	33.774	3.735	2.544	8	80	30	40.171

16. Obrigações tributárias

16.1. Política contábil

As obrigações tributárias são reconhecidas no passivo com base nos valores apurados ou estimados a pagar aos entes governamentais, de acordo com a legislação tributária vigente. Compreendem tributos diretos e indiretos incidentes sobre as operações da entidade, como imposto de renda, contribuição social, PIS, Cofins e ICMS, entre outros. O reconhecimento é feito pelo regime de competência, independentemente do seu pagamento, sendo regularmente atualizadas conforme alterações legais e apurações periódicas.

16.2. Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Cofins a recolher	351	364
ICMS	40	305
INSS	402	129
IRRF	1.826	4.316
Impostos retidos (PIS/Cofins/CSLL e ISS)	880	2.718
PIS a recolher	71	64
Outros	2	36
Total	3.572	7.932

17. Obrigações trabalhistas

17.1. Política contábil

As obrigações trabalhistas correspondem aos valores devidos aos colaboradores em decorrência da legislação trabalhista e previdenciária vigente. Essas obrigações são reconhecidas contabilmente no passivo à medida que os serviços são prestados pelos colaboradores, sendo mensuradas com base nas remunerações contratuais e encargos incidentes até a data do balanço.

17.2. Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Férias	11.678	8.578
Décimo terceiro salário	4.464	-
Salários a pagar	14.284	19.798
INSS a recolher	2.988	2.603
FGTS a recolher	643	755
Contribuições	3	2
Total	34.060	31.736

18. Passivos contingentes

18.1. Política contábil

A Companhia reconhece uma provisão quando utilizamos os seguintes critérios:

- Há obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- É provável que tenha uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação;
- Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Atendendo aos critérios acima, contabilizamos os casos definidos como prováveis, diante das faixas de risco.

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Aqueles cuja realização é considerada provável são apenas divulgados em notas explicativas.

Os passivos contingentes classificados como de perda possível são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles avaliados como de perda remota não são provisionados nem divulgados.

Para a mensuração da provisão, o valor reconhecido deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Essas estimativas são definidas pelos assessores jurídicos, baseando-se na experiência de atuação da sua área e históricos de outros processos.

18.2. Composição

Em 30 de junho de 2026 e 2025, não foram identificados processos classificados como de perda possível ou provável que demandassem divulgação ou reconhecimento contábil, respectivamente, conforme os critérios estabelecidos na política contábil da Companhia.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito no valor de R\$ 1.348.097 (R\$ 648.635 a integralizar), sendo o capital social total de R\$ 699.462 é composto por 1.348.096.500 ações ordinárias nominativas, possuídas por pessoas jurídicas residentes no País, sendo assim distribuídas:

	30/06/2026	31/12/2025
Capital Social (em milhares de reais)	1.348.097	1.348.097
(-) Capital social a integralizar:	(648.635)	(789.798)
Comporte Participações S.A.	(389.181)	(473.879)
CRRC (HONG KONG) CO. LIMITED	(259.454)	(315.919)
Total	699.462	558.299

Acionistas	%	Quantidade de ações	
		30/06/2026	31/12/2025
Comporte Participações S.A.	60%	808.857.900	808.857.900
CRRC (HONG KONG) CO. LIMITED	40%	539.238.600	539.238.600
Total	100%	1.348.096.500	1.348.096.500

20. Receita líquida

20.1. Política contábil

A receita bruta de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Uma receita não é reconhecida quando há incerteza significativa quanto à sua realização.

As receitas correspondentes ao transporte urbano de passageiros são reconhecidas considerando as obrigações com o poder concedente, podendo ser mensuradas nas demonstrações financeiras mediante contraprestação de passageiros transportados ou venda de passagens.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2. Composição

A Companhia passa a reconhecer a receita a partir de 26 de novembro de 2025, data do início da operação comercial da Linha 7 – Rubi.

	30/06/2026	30/06/2025
Receita	944.566	-
Receita de construção (a)	593.872	-
Linhas sobre trilhos	350.694	-
Impostos e contribuições	(4.858)	-
Contribuição previdenciária	(4.208)	-
Cofins	(534)	-
PIS	(116)	-
Outras deduções	(19.481)	-
Taxas sobre as prestações de serviços	(19.481)	-
Total	920.227	-

(a) A receita de construção está relacionada as atividades de melhorias e ampliações da infraestrutura e dos sistemas necessários à execução do contrato de concessão. A receita de construção é reconhecida ao longo do período de execução dos projetos.

21. Custos, receitas (despesas) operacionais

Apresentamos a seguir, as receitas, custos e despesas da Companhia referente ao período findo em 30 de junho de 2026 e 2025.

	30/06/2026	30/06/2025
Custos		
Custos de construção (a)	(593.872)	-
Pessoal	(83.105)	-
Prestação de serviços	(61.674)	-
Conservação de bens e instalações	(38.520)	-
Outros custos operacionais	(24.641)	-
Materiais de manutenção e reparo	(8.354)	-
Depreciação e amortização	(2.097)	-
Combustível e lubrificantes	(983)	-
Arrendamento mercantil e locação de bens	(550)	-
Legalização de veículos	(490)	-
Pedágio	(11)	-
Total custos (b)	(814.297)	-
Despesas gerais e administrativas		
Seguros (c)	(11.301)	(4.734)
Pessoal (d)	(9.287)	(46.633)
Outras despesas administrativas	(2.177)	(1.594)
Conservação de bens e instalações	(6.115)	(450)
Prestação de serviços	(7.539)	(8.220)
Depreciação e amortização	(821)	(317)
Despesas tributárias	(585)	(28)
Arrendamento mercantil e locação de bens	(562)	(117)
Multas fiscais e compensatórias	(59)	-
Total despesas administrativas	(38.446)	(62.093)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026	30/06/2025
Outras receitas operacionais		
Receita com aluguéis	4.477	-
Recuperação de custos e despesas	2.129	6.117
Recuperação de sinistros	132	-
Total outras receitas operacionais	6.738	6.117
Total Receitas (despesas) operacionais	(31.708)	(55.976)

(a) O custo de construção correspondente aos gastos incorridos na execução dos projetos de melhorias e ampliação da infraestrutura e dos sistemas da Companhia, sendo reconhecido simultaneamente à respectiva receita de construção.

(b) Em 30 de junho de 2025, a TIC Trens ainda não havia iniciado a operação da Linha 7 – Rubi e, portanto, não incorria em custos operacionais. Com o início da operação em novembro de 2025, passaram a ser reconhecidos os custos inerentes à prestação do serviço, refletidos nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2026.

(c) A variação observada no período decorre, principalmente, do aumento do valor do seguro garantia vinculado ao Eixo Norte – Trecho 3 – Via Permanente.

(d) A partir de 2026, com o início das operações, parte dessas despesas passou a ser diretamente atribuída às atividades operacionais, sendo reconhecida na rubrica de custos, refletindo de forma mais adequada a natureza dos gastos.

22. Resultado financeiro

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas financeiras (a)	44.038	10.247
Variações cambiais ativas	24.216	-
Receitas de aplicações financeiras	19.822	10.247
Despesas financeiras (b)	(72.452)	(502)
Juros sobre debêntures	(23.925)	-
Perdas com operações Swap	(29.544)	-
Variações cambiais passivas	(11.627)	-
Juros/encargos sobre empréstimos e financiamentos	(5.235)	-
Comissão sobre captação de recurso	(1.040)	-
Outras despesas financeiras	(1.023)	(490)
IOF	(30)	(3)
Tarifas bancárias	(16)	(9)
Juros passivos	(12)	-
Total	(28.414)	9.745

(a) O aumento das receitas financeiras decorre, principalmente, do incremento das receitas de aplicações financeiras, associado à maior disponibilidade de recursos aplicados no semestre, e do reconhecimento de variações cambiais ativas. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo resultado negativo das operações de swap.

(b) O aumento das despesas financeiras decorre, principalmente, da apropriação de juros sobre debêntures (Nota Explicativa nº 14.3), das perdas com operações de swap e das variações cambiais passivas, além dos encargos incidentes sobre empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 14.2) e demais custos relacionados às operações de captação de recursos.

23. Imposto de renda e contribuição social

23.1. Política contábil

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 por ano para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, limitada a 30% do lucro real.

A despesa do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido são reconhecidos no resultado.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável de IR e base negativa de CSLL, respectivamente do exercício, a taxas de impostos decretadas na data da apresentação das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos)

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual possa ser utilizado, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial do ativo ou passivo na transação que:

- Não é uma combinação de negócios;
- No momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Os créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, observadas as limitações legais.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro/prejuízo fiscal;
- Impostos diferidos (IR e CSLL) estão reconhecidos no passivo circulante para as diferenças temporárias de curto prazo e não circulante para as diferenças em que há segregação de curto e longo prazo. São mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o passivo será liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço; e
- Impostos diferidos (IR e CSLL) relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial também são registrados no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.2. Imposto de renda e a contribuição social diferidos

	30/06/2026	31/12/2025
CSLL sobre base negativa	3.913	4.745
IRPJ sobre prejuízos fiscais	10.868	13.181
Diferenças temporárias		
Provisões para demandas judiciais e administrativas	3.681	-
Totais débitos / créditos fiscais líquidos	18.462	17.926
Ativo não circulante	18.462	17.926
Total	18.462	17.926

23.2.1. Análise da alíquota efetiva do Imposto de renda e a contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, calculados pela aplicação da alíquota fiscal, combinada com as despesas debitadas ao resultado, estão assim apresentados:

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da CSLL	45.812	(46.231)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada	(15.576)	15.719
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Provisões temporária	(2.930)	(2.837)
Despesas não dedutíveis ou tributáveis	(26)	(28)
Adições Permanentes	(11.876)	(17.002)
Exclusões Permanentes	19.928	4.136
Imposto diferido constituído	537	-
Incentivos fiscais - PAT	129	-
Compensação da Base Negativa/Prejuízo Fiscal	3.144	-
Parcela Isenta do Adicional de 10%	12	12
IRPJ e CSLL apurados	(6.658)	-
Corrente	(7.195)	-
Diferido	537	-
IRPJ e CSLL no resultado do semestre	(6.658)	-
Alíquota efetiva	-14,5%	0,0%

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia correspondem a caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, contas a receber e a pagar nacionais, e os empréstimos e financiamentos, contratados em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados, conforme aplicável, pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado, de acordo com a natureza do instrumento e os critérios estabelecidos pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

a) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados às atividades da Companhia, à flutuação das taxas de juros com o intuito de minimizar os efeitos, a Companhia utiliza instrumentos de acordo com a política de gerenciamento de risco estabelecida, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos adequadamente a cada circunstância e riscos inerentes para suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito, com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos ativos com instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

e) Risco de taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

f) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Caixa e equivalentes de caixa

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

Conta a receber e a pagar

Registrados com base no valor nominal dos títulos e avaliado pelo conceito de custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado, foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrado com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos, conforme balanço patrimonial	Ativos ao valor justo por meio do resultado	30/06/2026		Ativos ao valor justo por meio do resultado	31/12/2025	
		Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	168.182	168.182	-	535.124	535.124
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	8.324	-	8.324
Contas a receber	-	52.273	52.273	-	25.734	25.734
Partes relacionadas	-	14.915	14.915	-	14.717	14.717
Outros créditos	-	23.213	23.213	-	21.575	21.575
Total	-	258.583	258.583	8.324	597.150	605.474

Passivos, conforme balanço patrimonial	Passivos ao valor justo por meio do resultado	30/06/2026		Passivos ao valor justo por meio do resultado	31/12/2025	
		Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Fornecedores	-	40.171	40.171	-	33.911	33.911
Empréstimos e financiamentos	-	298.924	298.924	-	307.837	307.837
Debêntures	-	300.374	300.374	-	300.585	300.585
Instrumentos financeiros derivativos	3.659	-	3.659	-	-	-
Partes relacionadas	-	32.450	32.450	-	14	14
Outras obrigações	-	3.080	3.080	-	50	50
Total	3.659	674.999	678.658	-	642.397	642.397

g) Gestão de capital

A Companhia busca a otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de satisfazer suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura que considere parâmetros adequados para os custos financeiros. O quadro a seguir demonstra a estrutura de capital da Companhia com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026	31/12/2025
Empréstimos e financiamentos	(298.924)	(307.837)
Debêntures	(300.374)	(300.585)
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo	-	8.324
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo	(3.659)	-
Caixa e equivalentes de caixa	168.182	535.124
Dívida líquida	(434.775)	(64.974)
Patrimônio Líquido	(698.465)	(518.148)
Total do capital (a)	(1.133.240)	(583.122)
Índice de alavancagem financeira (b)	38%	11,1%

(a) Total do capital é determinado por meio da somatória da dívida líquida com o patrimônio líquido;

(b) Índice de alavancagem financeira é determinado pela divisão da dívida líquida pelo capital total.

25. Cobertura de seguros (não auditado)

Devido à natureza de sua operação, a Companhia está exposta a riscos de desembolsos ocasionados.

Para garantir exposição menor a estes riscos a Companhia possui cobertura de seguros conforme necessidades específicas, contratos de prestações de serviços ou contratos de concessão, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros em conformidade com o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. As coberturas de seguros são:

Garantia obrigatória contratual

Os seguros de garantia são contratados pela concessionária, conforme exigência do poder concedente, em caso de irregularidades na prestação de serviço de transportes de passageiros.

Beneficiário	Garantia	LMI (R\$)	Vigência
TIC Trens	Risco Operacional Linha 7	1.080.477.005	26/11/2025 a 26/11/2026
Secretaria de Parcerias Investimentos- São Paulo-			03/06/2026 a
TIC Trens	Garantia de Execução	791.297.395	03/06/2029
TIC Trens	Patrimonial Sede	16.419.647	18/11/2025 a 18/11/2026
TIC Trens	Responsabilidade Civil Geral- Obras- Trecho III	10.460.846	27/03/2026 a 31/05/2029
TIC Trens	Risco Engenharia- Obras- Trecho III	3.169.339.938	27/03/2026 a 31/05/2030
TIC Trens	Responsabilidade Civil Ambiental- Obras Trecho III	8.718.695	27/03/2026 a 27/05/2028
TIC Trens	Risco Engenharia e RC Obras- Vedação de Faixa- Trechos I e II	9.053.405	30/01/2026 a 01/09/2026
TIC Trens	Responsabilidade Civil Ambiental – Operações	5.723.851	26/11/2025 a 26/11/2026
TIC Trens	Fiança Locatícia	2.233.383	13/06/2025 a 13/06/2028

* * *